

Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas

*Local Development in indigenous communities in South Mato Grosso:
the construction of alternatives*

Desarrollo Local em comunidades indígenas em el Mato Grosso do Sul:
la construcción de alternativas

Antônio Brand
Universidade Católica Dom Bosco

Contato: brand@ucdb.br

Resumo: Este artigo trata do impacto do processo histórico de confinamento sobre a economia dos índios Kaiowá/Guarani, no Mato Grosso do Sul. Após destacar as características principais das economias tradicionais, apoiado na obra clássica de Sahlins (1977) e outros, analisa as razões do sistemático fracasso dos projetos de desenvolvimento econômico implantados, durante as últimas décadas, de fora para dentro. Conclui-se com a proposta de *Unidades Experimentais de produção de alimentos e artesanato* a serem constituídas a partir das escolas indígenas e voltadas à construção de alternativas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Economias tradicionais; Desenvolvimento Local.

Abstract: This article handles the impact of the historical process of confinement on the economy of the Kaiowá/Guarani Indians of South Mato Grosso. After pointing out the main characteristics of the traditional economies, based on the classic work of Sahlins (1977) and others, analyses the reasons for the systematic failure of development projects installed from the outside throughout recent decades. The article concludes with a proposal of *Experimental Units for the production of food and crafts* to be constituted from within the indigenous schools and directed to the construction of development alternatives.

Key words: Indigenous peoples; Traditional economies; Local Development.

Resumen: El artículo trata del impacto del proceso histórico de confinamiento sobre la economía de los indios Kaiowá/Guarani, en el Mato Grosso do Sul. Después de destacar las características principales de las economías tradicionales, apoyado en la obra clásica de Sahlins (1977) y otros, analiza las razones de fracaso sistemático de los proyectos de desarrollo económico implantados durante las últimas décadas, de afuera para adentro. Se concluye con la propuesta de *Unidades Experimentales de producción de alimentos y artesanía* a ser constituidas a partir de las escuelas indígenas, en dirección a la construcción de alternativas de desarrollo.

Palabras claves: Poblaciones indígenas; Economías tradicionales; Desarrollo Local.

1. Os povos indígenas em Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro que possui a segunda maior população indígena no país, perfazendo um total de aproximadamente 50.000 pessoas. Cinco povos¹ destacam-se hoje no cenário multicultural do estado: os Kaiowá/Guarani, os Terena, os Kadiwéu, os Guató e os Ofaiet. Os Kaiowá/Guarani e os Terena apresentam o maior contingente populacional com, respectivamente, 25 mil e 20 mil pessoas, e constituem, em termos quantitativos, duas das mais importantes populações indígenas do país. Os Guarani contemporâneos são, convencionalmente, divididos em três sub-grupos: os Nandéva/Chiripá, os Mbyá e os Kaiowá. No Mato Grosso do Sul, predomina a presença dos Kaiowá e, em menor número, dos Nandéva/Chiripá, sendo estes últimos os únicos que se autodenominam "Guarani".

O que caracteriza a situação desses povos em nosso estado é o seu confinamento em áreas de terra insuficientes para a sua sobrevivência física e cultural. O processo histórico tem se caracterizado pela progressi-

va perda territorial para as frentes de colonização que adentraram os territórios indígenas tradicionais. Esses povos vivem hoje em reservas de terra que, em sua maior parte, são demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Todas são, porém, superpovoadas, considerando-se o modo específico de vida e as relações que tradicionalmente esses indígenas mantêm com a natureza. Os recursos naturais estão profundamente comprometidos, não oferecendo mais as mínimas condições para a sobrevivência dessas coletividades. Os indígenas são obrigados, então, a se assalariarem nas usinas de produção de álcool e açúcar.

Por essa razão emerge, com força, a questão dos territórios, em seu aspecto de construção cultural, ou enquanto espaço de afirmação da identidade e da autonomia de culturas distintas. Desde a década de 1980, esses povos, em especial os Kaiowá/Guarani, vêm desenvolvendo progressivo e sistemático movimento no sentido de recuperar parcelas cada vez mais expressivas de terras, consideradas, por eles, como territórios tradicionais e historicamente perdidos frente ao avanço do processo de colonização

no estado. Lutam, dessa forma, para quebrar o confinamento geográfico que lhes foi imposto e, assim, recriar seus projetos culturais específicos.

Como conseqüência de um processo histórico extremamente desfavorável, que acarretou perda de parte significativa dos territórios, assim como dos equívocos gerados por alternativas econômicas implantadas de fora para dentro, os povos indígenas vêem sua qualidade de vida deteriorando-se gradativamente. Entre outros problemas, surgem o alcoolismo, a prostituição, a violência interna, os suicídios entre os Kaiowá/Guarani², e uma migração cada vez maior para as periferias das cidades, por parte da população Terena. É dentro deste contexto que se situam as discussões em torno da busca de alternativas de desenvolvimento que tenham em conta o conhecimento e a experiência histórica e cultural específica de cada um destes povos, com vistas à reconstrução de sua qualidade de vida.

O desenvolvimento em escala humana, segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986:14), concentra-se e sustenta-se “na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, dos processos globais com os comportamentos locais, do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia (...)”.

Nessa perspectiva, o objeto de estudos passa, portanto, a ser a qualidade de vida das pessoas. Ora, qualidade de vida, em especial no caso dos povos indígenas, tem a ver com seus territórios, sua identidade cultural, seus valores e cosmovisão. Por isso, um projeto de desenvolvimento em escala humana remete, necessariamente, ao conhecimento e ao respeito à diversidade cultural. Todavia, não se deve tomar a noção de respeito à diversidade cultural no sentido considerado pelo capital globalizado, que busca transformar a diversidade em produto exótico, passível de venda no mercado: mas deve-se tomá-la como referencial básico para o protagonismo do local nos processos de desenvolvimento em escala humana.

É a partir dos territórios que se efetiva o protagonismo “real” das pessoas, tendo em

vista a necessária “autonomia” dos espaços (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1986:14) e das comunidades, enquanto atores que constroem e semiotizam os espaços. Os territórios constituem-se nos espaços necessários para a afirmação da autonomia das comunidades indígenas. No entanto, essa autonomia passa também, e cada vez mais, pela busca de alternativas de desenvolvimento, apoiadas na sustentabilidade, na participação e na autogestão dessas comunidades.

É, certamente, ilusório falar em noções como “respeito à diversidade cultural” e em “autonomia” num contexto de total dependência econômica e ausência de recursos para a sobrevivência, como é o caso dos povos indígenas que são o objeto do presente estudo. A reconquista da terra, embora elemento indispensável, não basta, atualmente, para garantir qualidade de vida aos povos indígenas no país.

Ao formularmos a pergunta sobre o que determina a qualidade de vida de uma pessoa ou de um grupo culturalmente distinto, afirma-se a necessidade de uma proposta específica de desenvolvimento voltada para as comunidades indígenas. Tal proposta exige, além do estudo das necessidades verificadas em uma determinada comunidade, relacionando-os com os “bens e serviços” que possam satisfazê-las ou, ainda, entre necessidades/demandas e bens econômicos/recursos, mas impõe a compreensão da relação com “práticas sociais, formas de organização, modelos políticos e valores que repercutem sobre as formas em que se expressam as necessidades (...)” (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1986:36). São relevantes as formas internas de organização de uma comunidade indígena, sua estrutura política, práticas sociais, valores, normas, espaços, sua cosmovisão.

Nesse sentido, tratar da qualidade de vida de um povo indígena assume caráter de estudo de caso em um país multicultural e pluriétnico. Concepções culturalmente distintas de território, bem como as formas próprias de se relacionar com o mesmo, organizar e redistribuir a produção e a relação deste processo com as demais esferas da respectiva sociedade, são elementos decisivos na discussão sobre desenvolvimento em escala humana.

2. Território e recursos naturais

Recentes trabalhos realizados por pesquisadores junto a diversos povos indígenas demonstram o profundo conhecimento desses povos sobre os recursos naturais localizados em seus territórios e sobre a diversidade de formas possíveis de utilização de tais recursos. Os Kaiapó, no Pará, conhecedores de práticas agrícolas em regiões de cerrado, ao iniciar uma roça, introduzem grande número de espécies e variedades. Os pesquisadores registraram na aldeia Gorotire (Pará), em média, 50 espécies de plantas cultivadas por roça, incluindo 17 variedades de mandioca e macaxeira, assim como 33 variedades de batata doce, inhame e taioba. Robert Carneiro (1987:47) constata que os Kuikuro (Brasil Central) “adquiriram um conhecimento detalhado e preciso da floresta tropical”, não só no que se refere à identificação das espécies aí localizadas, mas também quanto ao uso das árvores e arbustos, cipós e ervas de seu habitat para a confecção de abrigos, artefatos, transporte, alimentação, medicação, perfume e cosméticos.

Inúmeros outros exemplos atestando esse extraordinário conhecimento indígena dos recursos naturais e suas formas de exploração poderiam ser aqui citados. A ciência ocidental, tardiamente, vem se dando conta da profunda sabedoria acumulada por esses povos sobre o meio em que estão inseridos a milhares de anos. O desenvolvimento agrícola ocidental “pautou-se pela eliminação da complexidade, mediante a imposição de um número limitado e controlado de monoculturas específicas, altamente rentáveis” (Posey, 1987:21). Como consequência, comprometeu-se a diversidade e destruiu-se o meio ambiente natural.

Parte significativa dos desafios que os povos indígenas enfrentam hoje, no Brasil, tem sua origem, exatamente, na imposição do modelo ocidental de desenvolvimento altamente concentrador, excludente e destruidor da natureza. A perda dos territórios e, acima de tudo, a destruição dos recursos naturais, mediante a imposição da monocultura, comprometeu as bases da economia indígena, apoiada na diversidade de alternativas, destruindo, progressivamente,

os seus sistemas de auto-sustentação e instaurando, dessa forma, um processo ininterrupto de empobrecimento.

Tendo como referência a situação dos territórios e das riquezas naturais aí localizadas, restam aos povos indígenas, fundamentalmente, três alternativas, para suprir as necessidades básicas de subsistência. Nos casos em que os índios ainda são possuidores de recursos naturais, como madeira ou minério, tais recursos seguem sendo explorados, na maior parte dos casos, em detrimento do meio ambiente e dos próprios povos indígenas. É o que se verifica em Rondônia e outras regiões do Brasil, especialmente na Amazônia. São raros, ainda, os casos em que os próprios povos indígenas conseguem fugir das imposições da economia regional e realizar uma exploração auto-sustentável dos recursos naturais e em proveito de suas comunidades.

Porém, em parte significativa das áreas indígenas, os recursos naturais já foram totalmente destruídos, restando apenas a terra, que é arrendada a terceiros. E esse arrendamento, embora proibido por lei, é “viabilizado” através do envolvimento de determinadas lideranças indígenas com os interesses econômicos regionais e/ou pela total falta de recursos técnicos e financeiros para explorar sua terra por conta própria, nas condições impostas pela economia regional (agricultura mecanizada). É o que se verifica nas áreas indígenas no Sul do Brasil e em algumas Reservas de Mato Grosso do Sul.

Finalmente, há aqueles casos mais dramáticos de povos indígenas que perderam suas terras ou as viram demasiadamente reduzidas, fato que inviabiliza a sua exploração. Tal é o caso dos Kaiowá/Guarani que, a partir de 1978, começam a reivindicar o direito de permanecer nas antigas aldeias ou, então, o de retornar àquelas já perdidas, começando uma luta para interromper uma prática histórica, comum em toda a região. Pois, enquanto fossem necessários como mão-de-obra nas fazendas, eles poderiam permanecer em suas aldeias tradicionais. Porém, concluído o desmatamento das propriedades, eram transferidos para oito reservas de terra, demarcadas pelo Governo Federal entre os anos de 1915 e 1928, em um

espaço cada vez mais superpovoado. Após submeter-se a esse confinamento, o único bem que lhes restou para ser vendido no “mercado” regional é sua mão-de-obra. Assim, a alternativa é o assalariamento compulsório, como acontece na maior parte das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul.

Além das perdas provocadas pela redução das extensões de terra ocupadas, a qualidade de vida dessas comunidades foi comprometida mais ainda por modelo de desenvolvimento agrícola transplantado das grandes propriedades rurais regionais. Esse modelo, centrado na monocultura e na mecanização, provocou a destruição dos recursos naturais, desarticulando as formas tradicionais de produção, sem conseguir gerar, no entanto, os alimentos necessários ao sustento das mesmas comunidades. Essa imposição de fora para dentro contribuiu para o aumento da fome e da desnutrição entre a população indígena local.

4. A economia dos povos indígenas

Para avaliar o impacto do processo histórico de perda dos territórios e do consequente comprometimento dos recursos naturais e, ainda, os resultados provocados pelos projetos de desenvolvimento implantados de fora para dentro, é fundamental atentar para algumas características das economias tradicionais. As economias indígenas, ou economias tradicionais, são organizadas, especialmente, a partir do parentesco, relação que se constitui no elemento fundamental para compreender os processos internos de produção e redistribuição. Nessas economias, a geração de alimentos ocupa posição preponderante e a divisão sexual do trabalho perpassa todas as atividades. Ao contrário do que é verificado nas sociedades ocidentais, essas economias são voltadas para as necessidades macro-familiares, e a produção é, tradicionalmente, dirigida para o consumo e para o exercício da reciprocidade e não para o mercado, fato que caracteriza uma economia anti-excedente. Nesse contexto, todos tinham acesso direto aos “produtos estratégicos” e, historicamente, ninguém podia ser privado de seus direitos.

A redistribuição interna dos bens, considerado o exercício organizado de direitos e obrigações associado ao cacicado, incluía o patrocínio de cerimoniais, de pompas social e de guerra, de hospitalidade, do socorro a viúvas e órfãos (Sahlins, 1977). Não existia, portanto, no interior das comunidades indígenas, a possibilidade de se constituir uma categoria de Sem Terra. É, também, importante atentar que, nessas sociedades, é difícil separar e diferenciar as esferas sócio-religiosa e econômica. Todo intercâmbio, toda prática da reciprocidade, traz dentro de si o peso político da reconciliação, pois, para o indígena, o pior sempre será não poder ofertar presentes. E, nesse sentido, tal prática traz um “coeficiente de solidariedade” que faz com que ela nunca possa ser reduzida a seus termos materiais, excluindo o social. Se os amigos oferecem presentes, são os presentes que fazem os amigos, diz Sahlins (1977:204).

Nessas sociedades, centradas nas relações de parentesco³, a economia, segundo Sahlins (1977:91), é muito mais “una función de la sociedad que una estructura”, porque a armação do processo econômico vem de grupos considerados “no económicos”, os grupos domésticos. Ou seja, as relações internas, em especial as relações de parentesco, “son las relaciones principales de la producción dentro de la sociedad” (1977:92). O mesmo caráter coletivo e democrático que é verificado no acesso aos recursos naturais, também afeta o aparato tecnológico, de confecção caseira e à disposição da maioria, manejado por grupos familiares e indivíduos. Em seu artigo *Ecología e cultura: algunas comparaciones*, George C. L. Zarur (1987:277), constata que a cultura material dos grupos Jê, do Brasil Central, ocupantes de regiões de cerrado e em constantes deslocamentos, era composta por um “pequeno elenco de objetos portáteis”, em geral resistentes ao choque, cultura também marcada pela ausência de canoas e de cerâmica. Zarur (1987) cita, como exemplo, um inventário, realizado entre os Kraho, que demonstrou o fato de que aproximadamente 65% dos artefatos eram confeccionados com folhas de palmeira e, portanto, implicavam grande facilidade de fabrico. No entanto, o fato de as comunidades indígenas serem

usuárias de tecnologias consideradas rústicas pelo senso comum levou à formulação da convicção, também do senso comum, de que as economias indígenas eram capazes de prover apenas a sua subsistência.

Marshall Sahlins, em sua clássica obra *Economía de la edad de la piedra* (1977), aborda essa polêmica questão. Até que ponto a economia dos povos caçadores e coletores era apenas de subsistência ou poderia ser caracterizada como economia de opulência? Para buscar uma resposta, o autor (1977:13) parte da constatação de que “una sociedad opulenta es aquella en la que se satisfacen con facilidad todas las necesidades materiales de sus componentes” e chega à conclusão de que há dois caminhos para se chegar à opulência: “o bien produciendo mucho, o bien deseando poco”. E aí reside outra distinção entre as economias tradicionais e a economia ocidental. Para as primeiras, as necessidades materiais do homem são finitas e escassas, e os recursos técnicos normalmente adequados para tais fins (Sahlins, 1977:14). E, nesse sentido, a escassez percebida pelo senso comum não seria uma propriedade intrínseca e conseqüência dos meios técnicos disponíveis, mas resultado da relação entre meios e fins. Ou seja, como o objetivo das economias indígenas não é produzir excedentes para o comércio ou para a estocagem, mas apenas o suficiente para o sustento macrofamiliar, baseado no exercício da reciprocidade e da generosidade, as tecnologias indígenas seriam perfeitamente adequadas aos fins esperados e buscados (1977:17). Ou seja, suas tecnologias, ao contrário das modernas tecnologias, seriam perfeitamente adequadas para gerar a produção esperada e necessária.

Portanto, como a ideologia subjacente a uma sociedade apoiada em relações de reciprocidade não permite a emergência da acumulação de bens como um valor social, a produção de excedente é restrita às exigências da reciprocidade. Assim, observa Sahlins (1977:152), ao mesmo tempo em que “la ética de la generosidad del jefe legitima la desigualdad” porque, para poder ser generoso, é importante ter o que distribuir, de outra parte “el ideal de reciprocidad niega que esto produzca alguna diferencia”, porque impõe a constante redistribuição.

O dever da distribuição impede a acumulação e, por ser um dever, não exige manifestações de gratidão. A conexão entre hierarquia e reciprocidade se expressa, segundo Sahlins (1977:226), de acordo com a fórmula “ser noble es ser generoso” e, segundo, “ser generoso es ser noble”. Há, portanto, clara interdependência entre liderança e reciprocidade. Dessa forma, a acumulação de riquezas, para determinados povos, só era admitida na perspectiva de sua redistribuição (1977:233). Volker von Bremen (1987:19-20) sublinha o dever de compartilhar (repartir) em voga entre os índios caçadores e coletores do Chaco Paraguai, sendo que essa distribuição se diferencia “según el grado de parentesco, la edad, el sexo y la distancia que separa a un pariente de outro”. Esse dever de repartir, segundo Regehr (1984:93), representa também o princípio da “maxima distribución posible” dos riscos, em uma sociedade dependente dos recursos disponíveis na natureza.

Sabemos que um membro de um povo indígena trabalhava muito menos horas por dia do que um cidadão em nossa sociedade. Citando o exemplo dos Bosquímanos, Sahlins (1977:34-36) conclui que o trabalho de um homem na caça e na coleta possibilitava o sustento de mais quatro a cinco outras pessoas ou, mais exatamente, 65 de cada 100 pessoas trabalhavam aproximadamente 36% de seu tempo, chegando a dois dias e meio de trabalho por semana. Cabe lembrar aqui que Schmidl (1945) afirmou que, no momento da chegada dos Espanhóis à Bacia do Prata, com o objetivo de estabelecerem o seu primeiro contato com os Guarani, no sec. XVI, havia abundância e variedade de comida entre os indígenas.

No entanto, é incontestável que, devido, especialmente, à perda de seus territórios e dos recursos naturais, as comunidades indígenas têm suas formas tradicionais de economia cada vez mais comprometidas e, por conseguinte, estão cada vez “mais próximas” e dependentes de nossas lógicas econômicas, em especial do mercado, que vai entrando em busca dos restos de recursos naturais e, na ausência destes, da mão-de-obra indígena. O roubo histórico desses recursos não permitiu a geração de outras

alternativas capazes de suprir as necessidades básicas desses povos, nem a produção de outros bens, provocando, em muitos casos, a crescente degradação da qualidade de vida, tendo como indicador o crescimento da fome em parte significativa das aldeias indígenas nos dias de hoje.

5. O fracasso dos projetos de desenvolvimento

Há surpreendente consenso entre os economistas e pesquisadores sobre os sucessivos fracassos de projetos de desenvolvimento, centrados exclusivamente em critérios de crescimento econômico e avanço tecnológico. Torna-se cada vez mais difícil ignorar uma série de indicadores negativos que são resultantes desses projetos. Um darwinismo social, cada vez mais descontrolado, tem provocado crescente desigualdade social em todos os países, além de comprometer os recursos naturais. Caem por terra os mitos de que o crescimento econômico, a modernização e as inovações tecnológicas possam superar os desequilíbrios sócio-ambientais (Elizalde, 1992). O mesmo fracasso verifica-se nos assim denominados “projetos de desenvolvimento”, implantados em sociedades tradicionais, em especial nas comunidades indígenas, mesmo naquelas já com maior tempo de inserção na economia regional. Diversos fatores podem ser elencados como responsáveis por esses fracassos, porém todos têm em comum o fato de desconsiderar ou desconhecer as características próprias e distintas das economias indígenas e de suas relações com o território.

Já foram amplamente analisados os impactos das iniciativas de mecanização das lavouras nas áreas indígenas, em especial no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, durante as décadas de 1970 e 80. Seus resultados foram desastrosos e resultaram num comprometimento ainda maior dos recursos naturais no interior das comunidades indígenas. Estimularam, em muitas delas, uma crescente concentração fundiária, além de acentuar as relações de paternalismo ainda hoje de difícil superação.

Silva (1982:76), em seu estudo intitulado *Os Kaiowá e a Ideologia dos Projetos Econômicos*, ao analisar os projetos comuni-

tários implantados entre os Kaiowá de Panambi, município de Douradina, Mato Grosso do Sul, conclui que esses projetos foram “uma reprodução do sistema econômico regional, ligeiramente adaptados à realidade tribal quanto à forma em que o trabalho é executado”, aproveitando o que a FUNAI acreditava serem princípios da organização do grupo tribal, o chamado “comunitarismo”.

Embora trouxessem a preocupação fundamental de romper o círculo vicioso do trabalho assalariado fora das áreas indígenas e a integração dos indígenas à sociedade nacional, esses projetos de desenvolvimento acabavam reproduzindo, contraditoriamente, as mesmas relações de dependência que procuravam superar. Foram simples transferência para o interior das áreas indígenas de práticas da agricultura convencional, apoiadas no amplo uso da mecanização e de insumos químicos. Os resultados têm sido desastrosos, provocando crescente degradação das condições de vida e aumento da dependência do assalariamento externo à aldeia.

Estavam, tais projetos, apoiados apenas na constatação certamente correta do comprometimento das economias indígenas e de sua crescente inviabilização. Porém, os povos indígenas seguiam e seguem orientando-se a partir de suas lógicas específicas. Uma longa e ininterrupta história de inserção colonial e de profundas alterações nas condições externas às comunidades indígenas não eliminaram, mas apenas transformaram seus mecanismos de conduta próprios⁴.

Cabe destacar que essa longa história colonial, centrada na disputa pelos territórios indígenas e na exploração dos recursos aí existentes, provocou um claro descompasso entre as bases concretas da economia das sociedades tradicionais, rápida e profundamente alteradas durante as últimas décadas, e o modo de pensar desses povos. O ritmo das transformações do mundo dos valores e da cosmovisão não tem sido o mesmo das transformações impostas pela nossa sociedade ao território e ao entorno. Esse descompasso tende a crescer, haja vista a complexa questão do ritmo das mudanças, cada vez mais rápidas, que marcam a sociedade globalizada. Encontram-se indicativos desse

descompasso em praticamente todos os relatórios técnicos avaliativos de processos de construção de alternativas econômicas em comunidades indígenas.

Para Bremen (1987:16), há uma tendência dos agentes promotores de projetos de desenvolvimento, de considerar as comunidades indígenas como inseridas na mesma problemática da sociedade envolvente, considerando apenas os indicativos de ordem econômica. Pelo fato de utilizarem algumas de nossas tecnologias, essas sociedades passam a ser consideradas integradas em nossa lógica capitalista⁵.

No entanto, os sistemáticos fracassos na implementação de projetos de desenvolvimento não têm levado os agentes promotores à necessária revisão crítica de suas propostas e à percepção de que cada povo tem esquemas específicos que orientam a redistribuição dos bens econômicos e que esses esquemas são sustentados por valores/lógicas que os lubrificam e mantêm. Tem sido, certamente, mais fácil, segundo Bremen (1987:66), culpar os próprios indígenas pelos seus fracassos, afirmando serem "incapazes de cumprir con lo previsto para ellos durante la planificación del proyecto", ou que eles se mostraram mais incapazes do que o suposto.

O planejamento e a análise dos projetos restringem-se a fatores tais como condições ecológicas, infra-estrutura e mercados, aspectos relevantes para o desenvolvimento segundo a concepção ocidental. Segundo Bremen (1987:50-51), a criação de uma base econômico-produtiva própria, como principal objetivo dos projetos de desenvolvimento, já indicaria não se tratar de iniciativa indígena. Questionando a alegada participação dos indígenas na elaboração desses projetos, o autor constata que os argumentos indígenas coincidem, em muitos casos, com os dos promotores. Ao investigar as razões dessa aparente concordância, Bremen ressalta uma outra dimensão não considerada por diversas iniciativas de desenvolvimento junto a povos indígenas. Os povos indígenas, embora fortemente submetidos no decorrer da história colonial e inseridos em contextos regionais onde se constituem em minorias, nunca deixaram de definir suas estratégias próprias a partir da análise que fazem de

suas possibilidades em cada momento histórico. Nesse sentido, os projetos de desenvolvimento, embora alheios às suas expectativas, têm seus objetivos reinterpretados a partir de critérios próprios e tradicionais. A concordância formal com os seus pressupostos constitui-se, sob esse aspecto, numa estratégia ou num esforço de subordinar os aportes externos às suas necessidades e estratégias internas. Conseguem, dessa forma e em muitos casos, seguir como sujeitos de seu processo interno⁶.

Certamente muitos projetos fracassam, ainda, por não terem, suficientemente, em conta as condições da economia regional. Esse é um dado de difícil compreensão para muitos povos indígenas e não é fácil chegar a uma certa ou até necessária adequação entre as exigências do mercado regional e as características/condições próprias das comunidades indígenas. Por isso Regehr (1984:90) afirma que o "germen del fracaso se suele introducir en todos los proyectos por la equivocación de ambas partes..."

6. Unidades experimentais de produção de alimentos e artesanato para a população Kaiowá/Guarani - a busca de alternativas de desenvolvimento a partir das escolas⁷

Com o desmatamento sistemático da região em que se localizam os Kaiowá/Guarani, no Mato Grosso do Sul, dezenas de aldeias tradicionais foram ocupadas por fazendeiros e a população indígena foi aleatoriamente concentrada nas Reservas de terra demercadas, para esse fim, pelo Governo Federal. Esse processo de redução e confinamento compulsório⁸ prosseguiu inexorável, ao arremedo de toda legislação já existente em favor dos direitos indígenas à terra, até o final da década de 1970. Como consequência da superpopulação, o ecossistema no interior das Reservas Indígenas está completamente alterado, conforme já anteriormente descrito. A Reserva de Caarapó, onde se pretende construir as primeiras *Unidades experimentais de produção de alimentos e artesanato*, é uma das grandes Reservas Indígenas, com extensão de 3.600 hectares e uma população hoje estimada em 2.500 pessoas, num total de 500 famílias.

Os objetivos das *Unidades experimen-*

tais de produção de alimentos e artesanato são viabilizar no interior das áreas indígenas e diretamente articulado com as escolas da comunidade, espaços experimentais onde os alunos possam, com acompanhamento técnico qualificado, pesquisar e desenvolver alternativas de produção e beneficiamento de alimentos e artesanato, a partir de tecnologias alternativas, sem o uso de agrotóxicos e apoiados em seu conhecimento e experiência histórica específica. Pretende-se obter não apenas melhorias na alimentação consumida pela comunidade, mas também construir alternativas de geração de renda e sustentabilidade.

Como objetivos específicos destacam-se a criação de espaços experimentais para a pesquisa e a implementação da produção, com a participação direta de alunos e estagiários indígenas, privilegiando tecnologias alternativas, incluindo a reprodução de sementes nativas; a discussão e a implementação de técnicas agrícolas mais próximas do universo cultural indígena; o treinamento de alunos e estagiários indígenas, visando à transferência de tecnologias para a produção e beneficiamento de alimentos às demais áreas indígenas; a geração de renda mediante a comercialização da produção excedente, criando uma alternativa ao assalariamento existente; o incentivo à criação de pequenos animais para a composição da dieta alimentar da comunidade, servindo como fonte de proteínas.

As *Unidades Experimentais* pretendem, ainda, constituir-se em áreas de demonstração, onde os integrantes da comunidade indígena possam visualizar possibilidades alternativas de produção de alimentos, numa parceria do conhecimento tradicional indígena e o conhecimento técnico ocidental. Por isso será estimulada a circulação e a participação nas atividades em andamento não só de alunos, mas também de índios adultos.

O desafio fundamental que perpassa as iniciativas de desenvolvimento em comunidades indígenas é a articulação de racionalidades diversas. Sob o argumento de que o entorno é outro, considera-se, facilmente, como imprestável o conhecimento tradicional e próprio desses povos. No entanto, soluções para os impasses que os povos indígenas

enfrentam só poderão ser encontradas através de uma busca conjunta, ou através do diálogo entre os dois conhecimentos.

Essa busca conjunta ou diálogo deve abranger todos os momentos e passos, desde o diagnóstico até a concretização da iniciativa, lembrando sempre, no entanto, que cabe a eles, aos indígenas, a palavra decisiva, haja vista sua condição de profundos conhecedores dos recursos naturais regionais. Esta será, inclusive, uma exigência para a afirmação do protagonismo indígena, condição necessária para um desenvolvimento em escala humana. Por isso, segundo Bremen (1987:96), mais importante do que os objetivos de um programa de desenvolvimento é o próprio caminho que se segue para a sua implementação, acentuando-se novamente, aqui, a importância do protagonismo indígena frente à parafernália tecnológica ocidental.

O diálogo ou a parceria na construção de novas alternativas voltadas para a recomposição da qualidade de vida dos povos indígenas tem como pré-requisitos indispensáveis, da parte dos técnicos externos, um conhecimento cada vez mais aprofundado da economia dos povos com os quais trabalham e de sua lógica interna e, da parte das comunidades indígenas, conhecimentos básicos sobre o funcionamento da economia no entorno regional, das suas possibilidades e limitações.

Por isso, a discussão em torno da construção de alternativas de desenvolvimento, solidamente assentadas no protagonismo indígena, implica em estudos sobre a experiência histórica já acumulada por eles, sobre as mudanças verificadas através dos longos anos de contato com a nossa sociedade, sobre as experiências novas pelas quais passaram, fracassadas ou bem logradas, assim como sobre a leitura e interpretação que a comunidade indígena faz dessas experiências. Constitui-se investigação relevante detectar até onde eventuais aspectos novos foram incorporados pelos índios, ou foram reinterpretados, e em que sentido? Qualquer experiência nova virá, necessariamente, instruída pelo olhar da tradição, ou seja, pelo olhar da cultura própria de cada povo. No entanto, como nenhuma cultura é estática, estudar as

culturas indígenas não significa rebuscar os arquivos para saber como eram quando os europeus aqui chegaram. Esse estudo pode, certamente, contribuir para uma melhor compreensão da situação atual. São, porém, relevantes os processos de mudança cultural em curso, as transformações resultantes do impacto com o entorno e a visão de mundo que norteia estes povos no limiar do novo milênio.

Metodologicamente, a proposta de *Unidades Experimentais* está apoiada em dois eixos complementares: a pesquisa e a intervenção, de caráter interdisciplinar e interinstitucional. Avanços qualitativos em programas de desenvolvimento local e, portanto, centrados na qualidade de vida, são mensuráveis pelo engajamento, participação e protagonismo das próprias comunidades indígenas. Por essa razão, todas as atividades de tais programas devem privilegiar mecanismos de participação articulada da comunidade indígena envolvida.

Notas

- ¹ O conceito de povo é utilizado pelo direito comparado, em especial pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e também pela nova LDB.
- ² Entre os anos de 1980 a 1999, foi constatado um total de 384 casos de suicídio entre os Kaiowá/Guarani, na região da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul (Brand, 2000).
- ³ Sahlins (1977:93) alerta que, embora normalmente “grupo doméstico” seja equivalente a “familiar”, isso nem sempre acontece, pois nem sempre as atividades econômicas estão restritas ao grupo doméstico. Há atividades que exigem a cooperação mais ampla. No entanto, isso não “instituye una estructura de producción sui generis y con finalidades propias”, mas constitui, segundo ao autor (1977:94), “un hecho de naturaleza técnica”, sem comprometer a autonomia e predomínio dos objetivos domésticos da economia.
- ⁴ A abundância e a variedade de alternativas oferecidas pela natureza não exigiam, dos povos caçadores e coletores, armazenamento ou planejamento. Por isso, as constantes observações sobre sua “falta de previsão” e despreocupação com o amanhã (Bremen, 1987:44), atitudes calcadas na absoluta confiança de que “enquanto há abundância hoje, não há porque se preocupar com o amanhã”. Frente a tais condições, por que armazenar? Para povos caçadores e coletores, a questão fundamental não é produzir, mas apropriar-se dos bens que já existem.
- ⁵ Nessa mesma linha e a título de exemplo, há a questão da dimensão comunitária das iniciativas econômicas. Parte-se do princípio de que os povos indígenas, por terem sido ou ainda serem sociedades igualitárias e por conhecer, talvez superficialmente, alguns

esquemas de acesso e redistribuição dos bens entre um ou outro povo indígena, todos os projetos de desenvolvimento caracterizavam-se pelo seu coletivo, segundo nossas concepções.

- ⁶ Nesse sentido, os órgãos oficiais e as ONGs constituem-se hoje em “un nuevo y amplio medio ambiente” para a coleta de bens destinados à satisfação das necessidades básicas desses povos coletores (Bremen, 1987:89).
- ⁷ A proposta *Unidades Experimentais* foi elaborada em conjunto com Katya Vietta, assessora antropológica do Programa Kaiowá/Guarani, e contou com a contribuição dos integrantes do sub-programa *Recuperação Ambiental e Produção de Alimentos*
- ⁸ Entende-se por confinamento compulsório a transferência sistemática e forçada das diversas aldeias tradicionais Kaiowá/Guarani para as oito Reservas demarcadas pelo governo entre 1915 e 1928. Cerca de cem aldeias tradicionais foram perdidas pelos Kaiowá/Guarani no decorrer desse processo (Brand, 1997).

Bibliografia

- ANDERSON, Anthony; POSEY, Darrel. Reflorescimento indígena. In: *Ciência Hoje*, vol. 6, n. 31, p. 44-51, mai. 1987.
- AZCONA, Jesus. *Antropologia II - a cultura*. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Vozes, 1993.
- BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Porto Alegre, 1997. Tese (Doutorado) - PUC/RS.
- _____. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, PUC/RS, 1993.
- _____. Quando chegou esses que são nossos contrários - A ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. In: *Multitemas*, Campo Grande, UCDB, n. 12, p. 21-51, nov. 1998.
- _____. Autonomia e globalização, temas fundamentais no debate sobre educação escolar indígena no contexto do Mercosul. In: *Série-Estudos*, periódico do Mestrado em Educação da UCDB, n. 7, p. 7-20, abr. 1999.
- _____. *Novo aumento no número de suicídios entre os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul*, 14 de março de 2000, 2 p. (datilografado).
- BREMEN, Volker von. *Fuentes de caza y recolección modernas - Proyectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco*. Trad. Carlos Fernández-Molina. Stuttgart, 1987, 102 p. (datilografado).
- CARNEIRO, Robert. Uso do solo e classificação da floresta (Kuikúro). In: *Suma etnológica brasileira*. BERTA, Ribeiro (org.). 2. ed. Petrópolis, Vozes/FINEP, 1987, p. 47-56. V. 1.
- ELIZALDE, Antonio. Desarrollo y sustentabilidad: límites y potencialidades. In: *Documentación Social*, n. 89, 1992.
- _____. Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias. In: *Interações*, v. 1, p. 51-62, set. 2000.
- MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin. Desarrollo a escala humana. Una opción para el futuro. In: *Development Dialogue*,

- número especial CEPAUR, Uppsala, Suécia, 1986.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Um etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In Oliveira Filho (org.). *A viagem de volta*. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1999, p. 11-40.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo, Unesp, 1998.
- POSEY, Darrel. Introdução etnobiologia: teoria e prática. In: BERTA, Ribeiro (org.). *Suma etnológica brasileira*. 2. ed. Petrópolis : Vozes/FINEP, 1987, p. 15-25. V. 1.
- REGEHR, Walter. Teorias del desarrollo y autogestión indígena. In: *Revista del Centro de Estudios Antropológicos*, Universidade Católica de Assunção, v. XIX, n. 1, p. 89-95, jun. 1984. (Suplemento antropológico).
- RIBEIRO, Berta (coord). Etnobiologia. In: *Suma etnológica brasileira*. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1987. 1 v.
- SAHLINS, Marshall. *Economia de la edad de piedra*. Trad. ao castelhano de Emilio Muniz e Ema Rosa Fondevila. Madrid, Akal editor, 1977.
- SCHMIDL, Ulrico. *Viaje al rio de la Plata*. Buenos Aires, Emece, 1945.
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Trad. Laureano Pelegrini. Bauru, EDUSC, 1999.
- SILVA, Joana Fernandes. *Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos*. Campinas/SP, 1982. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP.
- ZARUR, George Cerqueira Leite. Ecologia e cultura: algumas comparações. In: *Suma etnológica brasileira*. BERTA, Ribeiro (org.). 2. ed. Petrópolis, Vozes/FINEP, 1987, p. 273-280. V. 1.
- VIETTA, Katya. Não tem quem orienta, a pessoa sozinha é que nem uma folha que vai com o vento: análise sobre alguns impasses presentes entre os Kaiowá/Guarani. In: *Multitemas*, n. 12, p. 52-73, nov. 1998.
- _____. Programa Kaiowá/Guarani: algumas reflexões sobre antropologia prática indigenista. In: *Multitemas*, UCDB, n. 4, p. 68-85, out. 1997.